

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.224.550 - GO (2017/0328860-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : LUIZ GONZAGA SOARES GIL - GO024200  
OTAVIO PEREIRA DE SOUSA E OUTRO(S) - GO033704  
**AGRAVADO** : AIMIRI JARDIM FILHO  
**ADVOGADO** : DIOGO CAMPOS VIEIRA E OUTRO(S) - GO023869

**DECISÃO**

Trata-se de agravo nos próprios autos (CPC/2015, art. 1.042) contra decisão que inadmitiu o recurso especial em virtude da incidência das Súmulas n. 282 e 284 do STF e 211 do STJ (e-STJ fls. 439/441).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fls. 271/272):

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C EXIBIÇÃO INCIDENTAL DE DOCUMENTOS. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. PROVA PERICIAL. DESNECESSIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA MÊS DE MARÇO 1990. ÍNDICE DEVIDO. BTNF. ÍNDICES DE CORREÇÃO MONETÁRIA. SOBRESTAMENTO PROCESSOS. INOVAÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. 1. Não configura cerceamento do direito de defesa, o indeferimento de prova pericial, quando as provas constantes dos autos são suficientes para a elucidação da perlanga (parágrafo único, II, do art. 420 do CPC). 2. As dívidas resultantes de financiamento rural e vinculadas a remuneração da caderneta de poupança devem ser atualizadas, no período de março de 1990, segundo o índice de variação do BTNF no percentual de 41,28%, não se aplicando o índice do IPC (precedentes do STJ). 3. A ação de repetição de indébito é consequência lógica das ações revisionais, mormente em respeito à vedação legal ao enriquecimento sem causa e, ainda, quando constatado, em sede de liquidação de sentença, a existência de saldo credor em favor da parte devedora. 4. Não se admite a apreciação, em sede de agravo regimental, de matéria não discutida nas razões do recurso de apelação, por se tratar de inovação de argumentos não permitida nesta fase processual. 5. AGRAVO REGIMENTAL CONHECIDO E DESPROVIDO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 312/322).

No recurso especial (e-STJ fls. 325/336), fundamentado no art. 105, III, "a", da CF, o agravante apontou ofensa aos arts. 489, 1.022 e 1.036, § 1º, do CPC/2015. Sustentou, em síntese, falta de prestação jurisdicional e necessidade de sobrestamento do feito.

No agravo (e-STJ fls. 453/464), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Contraminuta às fls. 483/493 (e-STJ).

É o relatório.

Decido.

Não há falar em afronta ao art. 1.022 do CPC/2015, pois o agravante limitou-se a apontar violação do referido artigo, não especificando, de forma clara e precisa, como e em

# *Superior Tribunal de Justiça*

que medida o acórdão recorrido o teria afrontado. Portanto, incide, no caso, por analogia, a Súmula n. 284 do STF.

A respeito da alegada violação do art. 489 do CPC/2015, o recorrente aduz que o Tribunal de origem teria sido omissivo, pois não especificou em que lei se baseou para considerar o BTNF como índice de correção.

No entanto, o Tribunal de origem assim se manifestou sobre o tema (e-STJ fl. 268):

Igualmente, sobre a utilização do índice BTNF nas cédulas rurais, advirto que a matéria foi devidamente analisada, sendo que a atualização do saldo devedor das cédulas de crédito rural com cláusula de correção pelos índices da caderneta de poupança, no mês de março de 1990, deve ser o BTNF de 41,28%, e não o IPC de 84,32%. esta tese, inclusive, restou amparada pela orientação do Superior Tribunal de Justiça.

Desse modo, não se constata hipótese alguma de cabimento dos embargos de declaração, circunstância que, de plano, torna imprópria a invocação do art. 489 do CPC/2015 e o conhecimento do recurso especial nessa parte.

Quanto à apontada ofensa ao art. 1.036 do CPC/2015, verifica-se a ausência de prequestionamento do referido dispositivo. Incide, no ponto, o impedimento da Súmula n. 211/STJ.

Ademais, tem-se que os argumentos referentes ao dispositivo citado somente foram apresentados em sede de agravo regimental, o que configura indevida inovação recursal e impede a apreciação da matéria, pois operada a preclusão consumativa.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 20% (vinte por cento) o valor atualizado dos honorários advocatícios arbitrados na origem em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 25 de novembro de 2019.

**Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator